



Observatório da Oposição 2025

6 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 104

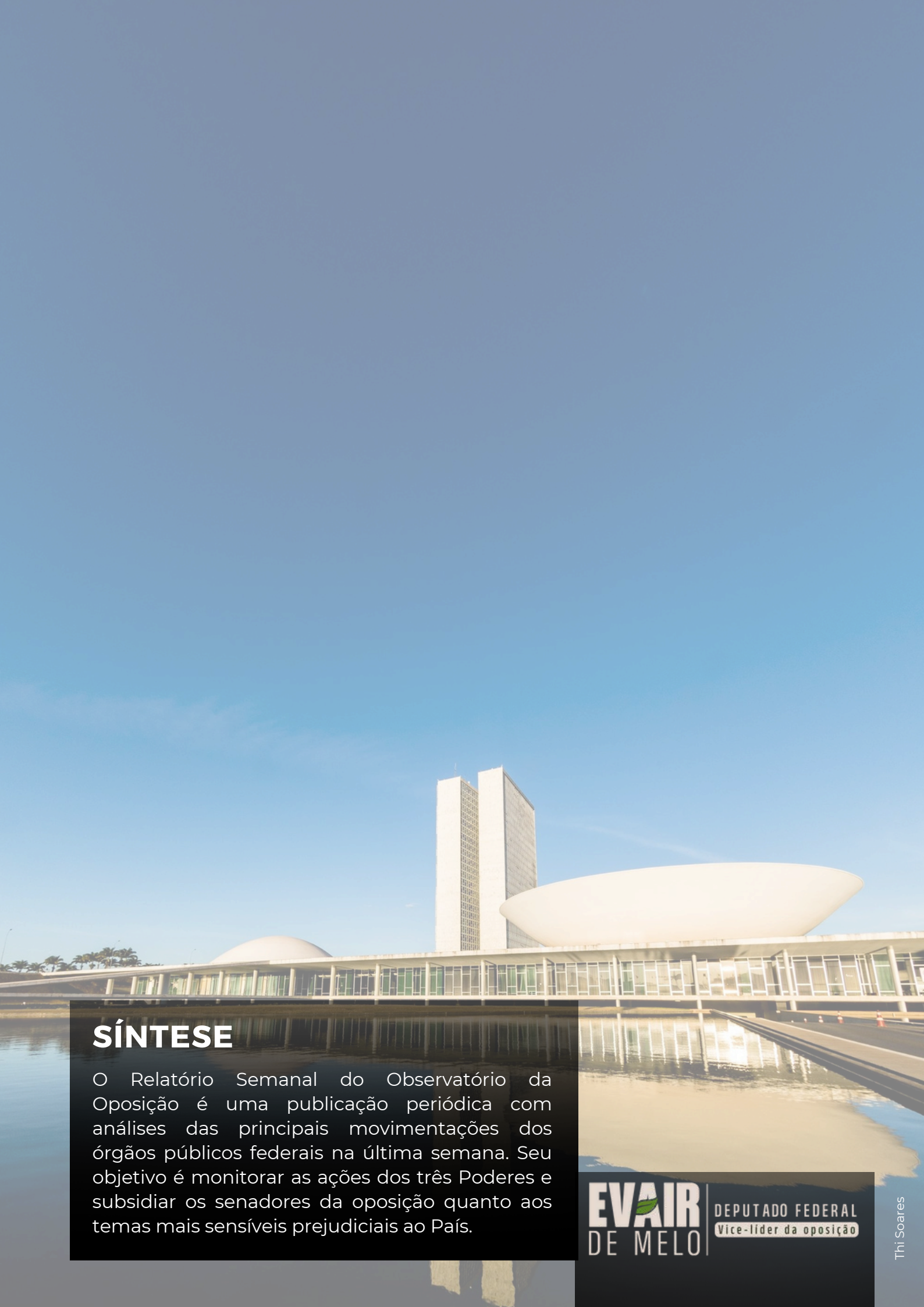
Sinais de desaceleração da economia brasileira

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
Vice-líder da oposição



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
Vice-líder da oposição

ÍNDICE

1

ECONOMIA

Sinais de desaceleração da economia brasileira

01

Lula, vice mundial do juro alto!

08

2

SAÚDE

A verdade sobre o Mais Médicos que o governo Lula não conta

17

3

MEIO AMBIENTE

MMA transforma pacto privado em política de Estado: conflitos de interesse de Marina Silva na Moratória da Soja

22

4

AGRO

Georreferenciamento: entre a segurança jurídica e a realidade no campo

26

5

DEFESA NACIONAL

Brasil, o gigante desarmado: Alerta do próprio ministro escancara a negligência de Lula com a Defesa Nacional

30

1 ECONOMIA

Sinais de Desaceleração da Economia Brasileira

A economia do Brasil dá claros sinais de perda de fôlego, com projeções de crescimento sendo revisadas para baixo e indicadores mostrando arrefecimento em diversos setores. As previsões de PIB para 2025 em diante estão menores do que se esperava anteriormente, os juros elevados – impulsionados por riscos fiscais – prejudicam a atividade econômica, e dados do mercado de trabalho, investimento e produção setorial corroboram um cenário de desaceleração. A seguir, detalhamos os principais indicadores dessa perda de ritmo, com tabelas e gráficos ilustrando a situação.

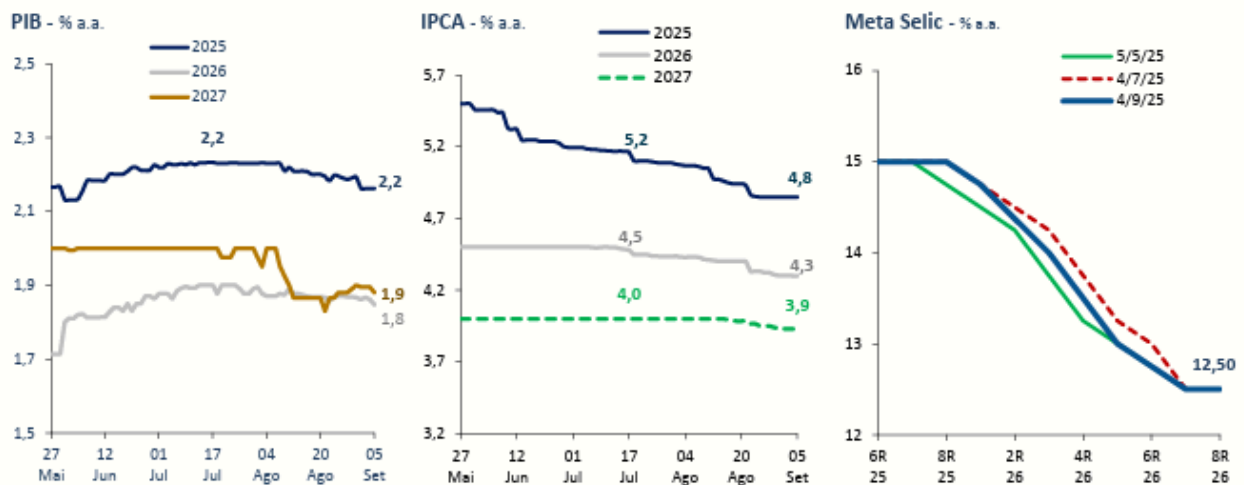
Ajustes para baixo nas projeções de PIB

Analistas e instituições têm reduzido as projeções de crescimento do PIB brasileiro. O Boletim Focus do Banco Central, por exemplo, [mostra revisões sucessivas](#) para baixo nas estimativas de PIB: para 2025, a mediana projetada está em torno de 2,2%, caindo para 1,8% em 2026 e 1,9% em 2027. Essas taxas indicam uma trajetória de crescimento mais fraco do que a esperada anteriormente. Para fins de comparação, no início de 2025 o mercado esperava cerca de 2,2% para 2025 e 1,9% para 2026, mas os números vêm sendo ligeiramente ajustados para baixo.



Brasil - expectativas de mercado

Redução marginal nas expectativas para crescimento e mais significativa nas estimativas para inflação, deslocando para baixo trajetória da taxa básica de juros



Fonte: BCB/Focus. Elaboração: SPE/Ministério da Fazenda

Um ponto de alerta é que o mercado projeta que nem mesmo em 2027 a inflação estará próxima à meta de inflação, apesar de se projetar queda nos juros a partir do ano que vem. A falta de convergência das expectativas para a meta de inflação revela, no geral, uma necessidade de se manterem os juros mais altos por mais tempo.

O próprio governo reconhece a piora das perspectivas. A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda reduziu a projeção oficial de crescimento do PIB de 2,5% para 2,3% em 2025, conforme o Boletim Macrofiscal de setembro/2025. A SPE inclusive admitiu haver um “leve viés de baixa” mesmo nessa nova projeção de 2,3%, [após constatar que a atividade desacelerou mais que o previsto no 2º trimestre de 2025](#). Isso significa que o resultado de 2025 pode ser menor que 2,3% caso a economia não ganhe tração (o cenário mais provável).

Essa revisão para baixo das projeções evidencia a perda de ritmo da economia. O PIB já mostrou desaceleração no curso de 2025: no 2º trimestre, cresceu somente 0,4% ante o trimestre anterior, bem abaixo do 1,3% registrado no 1º trimestre. Na comparação anual, o PIB do 2º tri/2025 avançou 2,2%, taxa inferior ao início do ano e que deve arrefecer ainda mais no segundo semestre.

Um risco é que o governo não reconheça que o arrefecimento da economia não deve ser combatido por mais medidas de estímulo, dado o cenário de juros altos, inflação fora da meta e desemprego baixo. Caso se repitam as medidas de estímulo vistas em 2023 e 2024, que tiveram efeito modesto apesar de terem custado muito aos cofres públicos, a tendência é que a situação se agrave e a estabilidade macroeconômica fique comprometida.

Na verdade, é o momento de o governo rever suas despesas para permitir uma queda mais célere dos juros e reduzir, consequentemente, seu endividamento.

Juros altos e risco fiscal travam o crescimento

É importante destacar que os juros brasileiros não estão altos por acaso e nem por desejo do Banco Central. **Há um claro componente fiscal nessa equação.**

O país convive historicamente com juros elevados quando há desequilíbrios nas contas públicas. Atualmente, o Brasil apresenta uma trajetória de dívida considerada insustentável, com crescimento de gastos acima do crescimento potencial do PIB, o que força a manutenção de juros reais altos. Veja que o governo entregará a dívida pública mais de 10p.p. maior do que recebeu. A projeção da IFI é que a dívida suba 30p.p. do PIB em menos de 10 anos, o que mostra o quão insustentável é esse modelo fiscal abraçado pela gestão Lula III. No fim do dia, a deterioração fiscal impõe um “pedágio” em forma de juros elevados, esfriando a atividade econômica que se pretendia estimular.

Os efeitos disso já aparecem nos componentes do PIB. No 2º tri/2025, [a Formação Bruta de Capital Fixo \(FBCF\), medida básica de investimentos no país, caiu](#), refletindo o peso da Selic elevada e da insegurança jurídica sobre os setores produtivos.

O consumo das famílias perdeu fôlego (alta de apenas 0,5% no trimestre, contra 1% no trimestre anterior), sinal de crédito caro, endividamento em alta e menor confiança na economia. Setores tipicamente sensíveis à juros, como a indústria de transformação, construção e agro, apresentaram recuo no segundo trimestre. De fato, a indústria de transformação contraiu 0,5% no 2º tri e a construção civil, 0,2%. Isso confirma que a política monetária restritiva, necessária para controle inflacionário, cobra seu preço em termos de atividade.

Do lado fiscal, a incerteza quanto ao ajuste das contas públicas também adiciona um prêmio de risco e segura investimentos. O governo Lula lançou um Arcabouço Fiscal para controlar despesas e retomar superávits primários nos próximos anos, mas a flexibilização total do modelo para acomodar todo tipo de despesa, o desprezo pelas regras fiscais e a expansão desmedida dos gastos públicos minou totalmente a confiança nessa regra fiscal.

Até que haja confiança plena na estabilização da dívida, o Banco Central tende a ser cauteloso nos cortes de juros. Assim, projeções indicam que os juros brasileiros podem permanecer em patamar elevado por um período prolongado, justamente pela fragilidade fiscal atual.

Desaceleração no mercado de trabalho

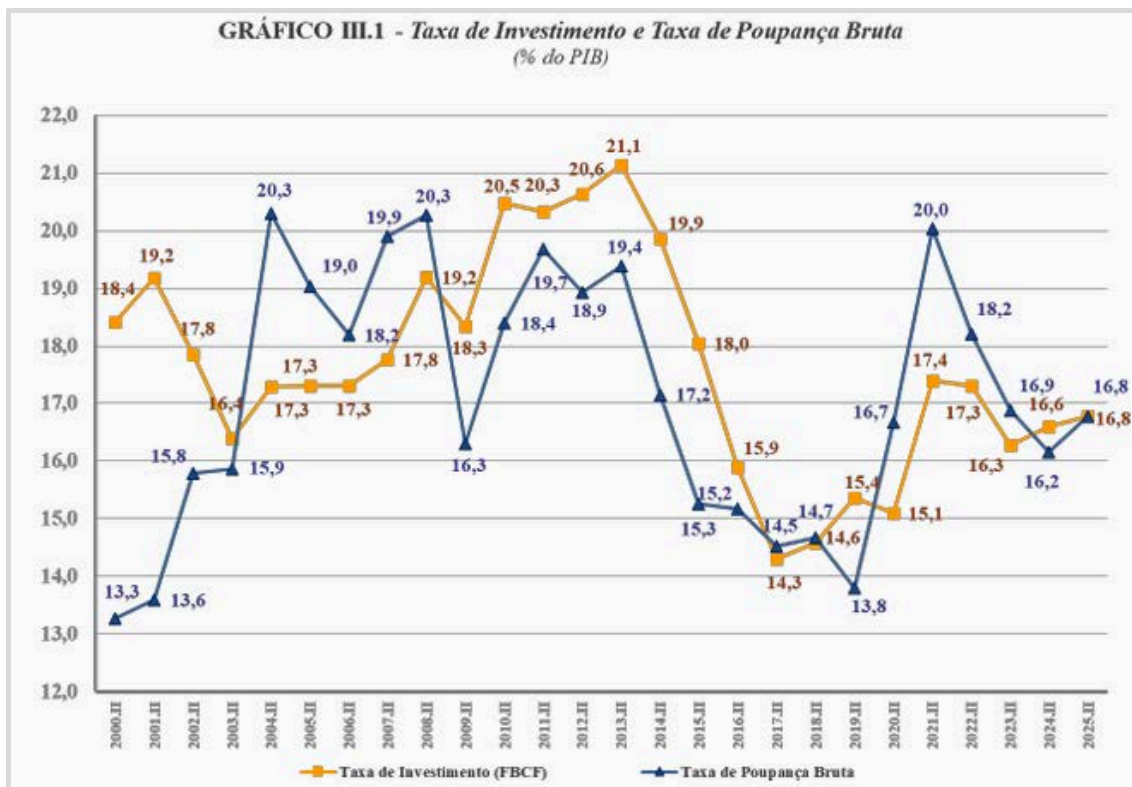
O mercado de trabalho, que vinha aquecido desde 2021, começa a dar sinais de perda de ritmo, corroborando a tendência de desaquecimento econômico. Indicadores recentes mostram [desemprego em ligeira alta](#) e perda de ritmo na criação de vagas. Esse enfraquecimento já se reflete no PIB. O crescimento menor em 2025 ocorreu em parte porque a geração de empregos e renda perdeu ímpeto em comparação a 2024.

Essa desaceleração na contratação é particularmente notada em setores industriais e construção civil. A Sondagem Industrial da CNI apontou que em agosto/2025 teve o pior resultado para este mês desde 2015. O número de empregados na indústria recuou (índice de evolução do emprego caiu para 48,4 pontos, abaixo de 50). Chama atenção o comentário da CNI de que, [“diante das dificuldades, os empresários indicaram queda do número de empregados, algo que usualmente demora a reagir”](#), sinalizando que a piora do ambiente econômico já começa a impactar o mercado de trabalho industrial.

Taxa de investimento baixa, apesar de estímulos públicos

Outro sintoma preocupante é a baixa taxa de investimento no país. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – investimento em construção, máquinas e equipamentos – permanece em patamar reduzido, mesmo com esforços do governo para alavancar investimentos públicos e privados. No 2º trimestre de 2025, a taxa de investimento ficou em torno de **16,8%** do PIB, um nível historicamente deprimido, menor que no período pós-pandemia e baixo para padrões internacionais.





Essa frouxa dinâmica de investimentos persiste mesmo com recursos adicionais direcionados pelo governo. Em 2023, foi relançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prometendo R\$ 1,7 trilhão em projetos até 2026, e o novo arcabouço fiscal estabeleceu um piso mínimo para investimentos públicos. Apesar do aumento de orçamento para investimentos em 2023-2024 (via emenda da transição, expansão de crédito de bancos públicos, etc.), se vê queda no investimento.

O baixo apetite para investir decorre de vários fatores: juros altos, elevada capacidade ociosa em segmentos industriais, incertezas macroeconômicas, insegurança jurídica e questões estruturais (baixa produtividade e rentabilidade). Ademais, gargalos institucionais atrapalham a execução rápida de investimentos públicos: licenciamento demorado, restrições orçamentárias e pouca eficiência na gestão de projetos limitam o impacto dos recursos liberados.

Construção civil perde fôlego

O setor de construção civil, importante termômetro de investimento e emprego, já sinaliza arrefecimento em 2025. Após contribuir positivamente para o PIB em 2024, a construção começou 2025 crescendo, mas logo deu sinais de acomodação. No 1º trimestre de 2025, o PIB da construção retraiu 0,8% em relação ao trimestre anterior (dados com ajuste sazonal), interrompendo o ciclo de altas contínuas observado em 2024.

Diversos indicadores ilustram essa perda de ritmo. A produção industrial de insumos típicos da construção (como cimento, materiais de construção) começou a enfraquecer. No trimestre móvel até abril/25, subiu apenas 0,4% ante o trimestre anterior, e na comparação anual registrou a primeira queda em mais de um ano, [reduzindo o acumulado do ano para 2,6%](#).

O governo tentou mitigar esse efeito lançando linhas como o crédito consignado FGTS, justamente para baratear o financiamento de reformas. Houve também expansão do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, agora com uma nova faixa de renda média (Faixa 4) para a classe média a obter crédito imobiliário subsidiado.

Apesar dessa tentativa de dar incentivos artificiais ao setor, enfrentam-se desafios consideráveis. A concessão de crédito imobiliário para incorporadoras e construtoras desabou: o volume de novos financiamentos à produção imobiliária caiu 49% nos primeiros meses de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024.

Além disso, a confiança dos empresários da construção arrefeceu. Índices de sondagem da FGV mostraram queda na percepção de atividade corrente e recuo nas expectativas de negócios. Os empresários apontam restrição de crédito, custos elevados e incertezas econômicas como entraves crescentes.

Problemas e riscos no agronegócio

O agronegócio brasileiro tem sido um dos motores do crescimento recente, como se viu em 2024 e no início de 2025 quando a agropecuária impulsionou o PIB com safras recordes. Contudo, o setor também enfrenta desafios importantes que podem limitar sua contribuição nos próximos trimestres. Apesar da previsão de mais uma supersafra em 2025 (colheita estimada em 328 milhões de toneladas de grãos, novo recorde, com 167 Mt de soja), [“problemas antigos corroem a riqueza do agro”](#) brasileiro. O principal deles é a deficiente infraestrutura logística e de armazenagem, que faz o país desperdiçar parte dos ganhos de produtividade no campo.

O Brasil possui silos para armazenar apenas 64% da colheita de 2025 – a capacidade estática é de aproximadamente 211 milhões de toneladas, muito aquém da produção esperada. Como consequência, produtores são obrigados a escoar a safra às pressas, logo após a colheita, gerando uma série de problemas: filas enormes de caminhões nos portos e entrepostos, disparada nos fretes em plena safra, e oscilações de preços agrícolas. Durante a safra abundante, produtores aceitam vender com desconto, derrubando preços; depois, na entressafra, os preços sobem em falta de produto estocado.

Além da logística, o agro enfrenta, como os outros setores, os desafios dos juros altos, que encarecem o crédito rural, mesmo com os subsídios do Plano Safra.

Um dado preocupante foi o aumento de pedidos de recuperação judicial no agro em 2024, noticiado como recorde histórico de empresas do agronegócio em dificuldade financeira. Isso indica que algumas empresas e produtores de médio porte ficaram sobre-endividados com expansão e sofreram o impacto de preços mais baixos e juros maiores, entrando em colapso de liquidez.

Estagnação da indústria

Por fim, um dos sinais mais claros de perda de dinamismo está na indústria brasileira, que permanece praticamente estagnada, apesar de todo o discurso em torno da “neoindustrialização”. A indústria de transformação do país vem patinando há anos e, em 2025, voltou a mostrar desempenho frágil, expondo uma das maiores vulnerabilidades do crescimento nacional. Dados recentes indicam que a produção industrial mal cresce e vários segmentos estão operando abaixo do pico histórico.

Para começar, a produção física da indústria ainda está cerca de 15% abaixo do pico registrado em 2011. Houve alguma recuperação após a queda profunda de 2014-2016 e do tombo na pandemia, mas desde o início de 2025 a produção entrou num platô. Setores-chave como bens de capital (máquinas e equipamentos) produzem 30% menos do que no auge de 2013.

Em julho de 2025, por exemplo, a produção industrial caiu 0,2% ante junho, reforçando o quadro de estagnação do setor. Alguns ramos tiveram leve alta (alimentos, químicos, extrativos), mas setores estratégicos como metalurgia, máquinas e equipamentos de transporte registraram quedas expressivas.

Indicadores de utilização de capacidade e confiança corroboram essa fraqueza. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) na indústria ficou em apenas 70% em agosto/2025, uma queda em relação a 71% em julho e o pior nível para um mês de agosto em 10 anos.

Simultaneamente, a Sondagem Industrial da CNI mostrou queda na produção e no emprego industriais em agosto, algo atípico para o período. O índice de evolução da produção despencou para 47,2 pontos (abaixo de 50 indica retração), pior nível para agosto desde 2015. O emprego industrial também caiu (índice 48,4), quebrando uma sequência de altas que vinha desde 2020, exceto 2023.

Lula, vice mundial do juro alto!

Título infame conquistado com inflação alta, irresponsabilidade fiscal e muito crédito subsidiado. Brasil conquista a lamentável segunda posição entre os países com maior taxa de juro real do mundo. As políticas fiscais e creditícias do governo estão por trás disso. É o caminho para a pobreza. Riscos da volta da inflação sem controle crescem.

O [Poder360](#) publicou em setembro matéria sobre um estudo de duas consultorias econômicas que apontavam em junho o Brasil como detentor da segunda maior taxa de juro real básica do mundo. Taxa de juro real é a diferença entre a taxa nominal (ou contratual) e a inflação durante o período da operação financeira. O cálculo se baseou nas projeções de inflação para 12 meses à frente. De acordo com o estudo, o Brasil detinha uma taxa de juro real básica (embutida na Selic) de 9,52% ao ano, ficando atrás apenas da Turquia, com 14,44%, e superando a Rússia e Argentina, com 7,63% e 6,7%, respectivamente. México, Colômbia, Índia ostentam taxas reais entre 2,66% e 3,75% ao ano.



Um outro estudo, publicado no site [Visual Capitalist](#) em maio deste ano apontava a Rússia como a campeã mundial, com 14,5% ao ano de taxa real básica de juros. Entretanto, sobre o segundo lugar não há divergência, era do Brasil, com 9,2% ao ano. Esse estudo também considerou projeções de inflação para os 12 meses seguintes.

Porém, o mais perturbador vem agora. Considerando as taxas básicas nominais de Brasil, Rússia e Turquia para o mês de setembro, e a inflação nesses países nos últimos 12 meses, é o Brasil que tem a maior taxa de juro real aproximada. Claro, essa não é a melhor maneira de aferir a taxa de juro real básica, pois a inflação passada não necessariamente se repetirá nos próximos 12 meses. Mas, esse dado reforça a sinalização do quanto os juros reais estão altos no Brasil.

Tabela: Taxas de Política Monetária e Inflação (Setembro 2025)

País	Taxa nominal de política monetária (%)	Inflação últimos 12 meses (%)	Taxa real aproximada (%)
Turquia	40,5 (TCMB taxa repo de uma semana)	32,95	7,55
Rússia	17,0 (Taxa básica do Banco da Rússia)	8,1	8,90
Brasil	15,0 (Meta SELIC)	5,13	9,87

Notas:

Turquia: 40,5% conforme decisão de 11/09/2025 (TCMB).

Rússia: 17% conforme decisão de 12/09/2025 (Banco da Rússia).

Brasil: 15% (Copom, set/2025).

Inflação últimos 12 meses: conforme dados mais recentes de órgãos oficiais (TURKSTAT, Rosstat, IBGE).

Juro real alto no Brasil não é uma novidade. O Brasil, há muitos anos, está entre os líderes globais nesse quesito. No momento, está acompanhado por um país que tem inflação muito alta, a Turquia, e por um país que sofre sanções internacionais por envolvimento em uma guerra, a Rússia. Também é importante ressaltar que essas são as taxas de juros reais mínimas nesses países. São as taxas que os governos pagam para enxugar a base monetária e conter a inflação. Os agentes econômicos privados tendem a pagar juros bem mais altos que esses nos mercados financeiros desses países,

exceto aqueles agentes que têm acesso a crédito subsidiado provido pelo governo. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Mas, por que o Brasil há anos tem taxas de juros reais tão altas? O que precisamos fazer como nação para termos taxas de juros mais baixas? Isso tem a ver com as políticas fiscal e creditícia brasileiras. Colocar a culpa nos agentes e nas causas errados só alimenta os juros altos no Brasil.

A taxa de juro real no Brasil no presente momento é alta porque temos: (i) inflação fora da meta; (ii) elevado gasto primário do governo alimentando a demanda agregada; (iii) um volume grande de crédito direcionado subsidiado, reduzindo o efeito contracionista da política monetária; (iv) déficits primários relevantes e persistentes ao longo dos últimos anos, elevando rapidamente a dívida pública e colocando em dúvida a sustentabilidade da dívida; e (v) taxas de juros mais altas que o normal nos países de baixo risco de crédito, levando capitais a sair do Brasil e desvalorizar o real.

A meta de inflação que o Banco Central tem obrigação de perseguir é atualmente de 3% ao ano. Há um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual em torno da meta, o que significa que se admite que a inflação seja de até 4,5% ao ano. Mas, nos últimos 12 meses, a inflação medida pelo IPCA está em 5,13%, bastante fora da meta. Isso significa que o Bacen tem a obrigação de seguir praticando uma política monetária contracionista. Foi preciso uma taxa Selic de 15% ao ano, com juros reais acima de 9% ao ano, para a inflação começar a retroceder em direção à meta. Mas isso ainda não foi o suficiente, o que reforça que a taxa Selic, infelizmente, não está exagerada. Por que isso? Nossa opinião é de que o problema está nas políticas fiscal e creditícia do governo.

O consumo do governo é um dos componentes da demanda agregada da economia. Quanto maior o gasto público, maior a demanda agregada, se os demais fatores seguirem constantes. Em 2022, a despesa primária total foi de 18% do PIB. Em 2023, ela saltou um e meio ponto percentual para 19,5% do PIB. Em 2025, de acordo com o último relatório bimestral de receitas e despesas primárias, será de 19% do PIB. Cabe reconhecer que nem todo gasto público pode ser considerado consumo do governo, mas é inegável que o gasto público tem crescido nos últimos anos e isso pressiona a inflação. Há um outro aspecto a considerar. A transferência de renda ocupa uma enorme parcela do gasto primário brasileiro. Previdência e Assistência Social em 2019 respondiam por 10,5% do PIB, em 2024 chegaram a 11,1% do PIB. A transferência de renda tem um efeito direto no consumo das famílias, outro componente da demanda agregada. Destaque-se que em 2024,

o Bolsa Família respondia por 1,4% do PIB, em 2019 era 0,4% do PIB. Importante lembrar que o investimento, que também é componente da demanda agregada, propicia uma elevação da oferta de produtos e serviços no futuro, o consumo não.

Outro elemento determinante do tamanho da demanda agregada é o volume de crédito na economia. A elevação do juro real embutido na taxa Selic determina uma elevação do custo do crédito no mercado financeiro, inibindo a tomada de crédito. Entretanto, as diversas políticas creditícias do governo oferecem crédito a juro subsidiado, seja pela oferta de fundos com custo abaixo do custo de captação do Tesouro Nacional, seja pela oferta de equalização de taxa de juro (subvenção de juros) em financiamentos contratados a taxas de mercado, ou ainda, por meio de garantias de crédito da União em financiamentos bancários. Em todos os casos, os financiamentos acabam sendo tomados pelos agentes econômicos com taxas abaixo da Selic, ou com taxas próximas à Selic, mesmo em operações de prazos longos. Há ainda os casos em que a taxa de juro não fica próxima da Selic, mas são mais baixas do que as praticadas no crédito livre.

Vejamos alguns trechos do Relatório de Política Monetária do Banco Central de setembro de 2025:



“O ritmo de crescimento do crédito começou a diminuir, em parte como resposta ao ciclo de política monetária mais restritivo.”

“A taxa de crescimento diminuiu em todos os segmentos, à exceção do crédito direcionado para pessoa jurídica.”

“O arrefecimento do crédito livre refletiu, além dos efeitos da política monetária mais restritiva, uma moderação na evolução dos saldos das dívidas indexadas à moeda estrangeira e os impactos do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em contraposição, o ritmo de expansão do crédito direcionado aumentou...”

Segundo as Estatísticas monetárias e de crédito do Bacen, publicadas em 29 de setembro, o estoque de crédito com recursos livres cresceu 8,8% em doze meses, já o estoque de crédito direcionado aumentou 12,1% no mesmo período.

A oferta de crédito direcionado pelo governo se dá por diversos instrumentos. Sem pretender questionar o mérito de cada programa, ao impulsionar o crédito direcionado enquanto o Banco Central eleva a taxa Selic, o governo acelera enquanto o Bacen freia o crédito. Assim, a taxa Selic para obter o mesmo resultado em termos de redução da inflação tem que oferecer taxas reais mais altas e por mais tempo do que seria necessário se o governo não estivesse impulsionando o crédito direcionado. Se um carro tem dois motoristas, um freia e outro acelera ao mesmo tempo, um acidente vai acabar acontecendo.

Há outras distorções em torno desse tema. O crédito direcionado subsidiado gera privilégios para os agentes econômicos que têm acesso a ele, enquanto encarece o crédito livre para os agentes que não têm acesso ao crédito direcionado. O crédito deveria ter o mesmo preço para todos os agentes que oferecem um mesmo nível de risco aos credores. Por fim, taxa Selic mais alta significa dívida pública crescendo mais rápido.

A MP do Tarifaço deu mais um forte impulso no crédito direcionado. O governo está disponibilizando R\$ 30 bilhões em crédito via BNDES com taxas de juro entre 6% a 10% ao ano em prazos longos, quando a Selic é de 15% ao ano em prazos curtos. Dentro dessas taxas, a remuneração dos recursos providos pela União ficou entre 1% e 4% ao ano. Trata-se, portanto, de um volume grande de crédito adicional, fortemente subsidiado, que demandará um esforço adicional de contenção de crédito pela política monetária.

Esse embate entre a política monetária e a política creditícia do governo já foi pior no passado. De acordo com Estudo Especial do BNDES, publicado em julho de 2025, no final de 2015, o estoque de financiamentos concedidos pelo BNDES correspondia a 21% do estoque de financiamentos bancários no Brasil. Em abril de 2025, esse percentual era de 8%. No que se refere ao crédito a pessoas jurídicas, essa participação nesse mesmo período caiu de 37% para 17,6%.

Não apenas o BNDES tinha uma participação muito maior no crédito como provia financiamento fortemente subsidiado. A taxa base que o BNDES praticava era a TJLP, uma taxa artificial, que não refletia o custo do dinheiro e que sempre estava muito abaixo da SELIC. Em 2018, a criação da TLP, referenciada nos títulos com prazos de cinco anos da dívida pública, deu mais racionalidade econômica ao preço dos financiamentos do BNDES,

reduziu significativamente o subsídio implícito nessas operações e reduziu o esforço que a política monetária deveria fazer com a Selic para compensar a oferta de crédito do BNDES. A TJLP e a parcela do BNDES no crédito foram dois dos importantes fatores por trás das altas taxas de juros reais implícitos na Selic ao longo dos 13 anos dos primeiros governos do PT. Por outro lado, a TLP ajudou na queda da taxa de juros reais ao longo do governo Bolsonaro.

Outro elemento importante por trás da alta taxa real embutida na Selic hoje são os contínuos e robustos déficits primários dos últimos anos. Em 2022, o governo Bolsonaro entregou um superávit primário de R\$ 54,9 bilhões. Em 2023, o governo Lula fez um incrível déficit de R\$ 264,5 bilhões, seguido por um déficit de R\$ 45,4 bilhões em 2024. Agora, estamos caminhando para outro déficit de R\$ 73,5 bilhões em 2025. Sempre que o governo realiza superávit primário, ele recolhe moeda da base monetária para conta única do Tesouro, reduzindo a dívida bruta. Quando o governo realiza déficit, ele joga moeda na base monetária, que precisa ser enxugada pelo Bacen, elevando a dívida bruta. E mais, quanto maior a dívida bruta, combinada com uma taxa de juro real alta, maior o volume de juros pagos pelo governo, o que também significa expansão da base monetária a ser enxugada e aceleração do crescimento da dívida bruta. Com a dívida crescendo mais rapidamente, o esforço de resultado primário requerido para estabilizar a dívida fica ainda maior, ampliando os riscos de dominância fiscal e da monetização da dívida, que em geral são acompanhadas de hiperinflação. A dominância fiscal ocorre quando a política monetária precisa ser contida porque o Tesouro Nacional não é mais capaz de pagar os juros dela decorrentes. Nesse cenário, ou a taxa de juro da política monetária será insuficiente para conter a inflação ou o governo pagará os juros emitindo moeda via Banco Central. Em ambos os casos, a hiperinflação tende a se instalar.



Um fenômeno que ocorre quando o juro real da taxa básica (Selic) está muito alto é o encurtamento do prazo médio de financiamento da dívida pública. Quanto maior o prazo de um financiamento, maior a sua taxa de juro real, pois quanto maior o tempo da operação, maior o risco de o devedor ficar inadimplente. Isso é teoria de juros. Se o título indexado à Selic tem uma taxa real de 9% a.a., com risco zero de inadimplência e prazo curto, por que o investidor irá comprar um título do governo com prazo de 10 anos e juro real de 7%? Isso leva os investidores a comprarem o título curto indexado à Selic, em detrimento dos títulos longos indexados ao IPCA. Com um estoque maior de títulos de curto prazo na dívida pública, o Tesouro tem um desafio maior de rolagem da dívida e paga mais juros ao longo do ano.

O último fator aqui explorado é a política monetária dos países de menor risco, grandes tomadores de poupança internacional, como os EUA. Europeus e americanos também têm enfrentado pressões inflacionárias após a pandemia. Vários fatores concorreram para a elevação da inflação no mundo: a guerra da Ucrânia, que prejudicou a oferta mundial de alimentos, fertilizantes e energia; a desorganização de várias cadeias de suprimento pela pandemia; as tensões comerciais entre EUA e Europeus de um lado com China e Rússia do outro; os gastos militares, sobretudo americanos, envolvendo a guerra na Ucrânia; a elevação do custo de mão de obra na China, etc. Houve uma alta generalizada de juros no mundo para lidar com as pressões inflacionárias.

Em outubro de 2019, a taxa básica americana estava em torno de 1,75% ao ano. Em julho de 2023, alcançou 5,5% a.a. Em setembro de 2025, ela está em torno de 4,25% a.a. Para uma economia madura e de baixo risco como a economia americana, 5,5% a.a. é uma tremenda pancada. Quando um país de baixo risco como os EUA eleva a taxa de juros, provoca uma atração de capitais que estão em países de mais alto risco, como o Brasil. Assim, parte dos capitais estrangeiros que estavam investidos em ativos brasileiros buscam a dívida americana, novos capitais estrangeiros deixam de vir para o Brasil e até capitais brasileiros saem daqui para lá. Esse movimento provoca uma valorização do dólar em relação ao real e encarece os insumos e produtos importados. Encarecem também os produtos nacionais exportáveis precificados em dólares no mercado interno. Tudo isso pressiona a inflação.

Para reverter essa tendência, o Bacen precisa elevar a taxa de juro no Brasil também. Precisa oferecer uma taxa de juro real que leve os investidores brasileiros e estrangeiros a avaliarem que a relação risco/retorno do investimento na dívida brasileira está melhor do que a relação risco/retorno do investimento nos títulos americanos.

Aparentemente, o fator política monetária americana é o único fator que está fora do controle do governo brasileiro. Entretanto, se o governo, pela sua política externa, sua política fiscal e sua política econômica, gera uma percepção no mercado de que o risco de investir no Brasil aumentou em relação ao investimento nos EUA, a diferença entre a Selic e a taxa básica americana (Federal Funds) tem que subir também.

Além dos fatores aqui tratados, é certo que a propensão ao consumo ou à poupança por parte das famílias tem um efeito sobre a inflação e sobre o nível de juros praticados no país. Se há uma propensão maior ao consumo, inclusive via endividamento, e menor à poupança, a política monetária tem que ser mais agressiva para conter o consumo e frear a inflação. Essa propensão decorre tanto de fatores comportamentais da sociedade, quanto de fatores econômicos. Onde a renda per capita é baixa, a propensão ao consumo tende a ser maior.

Considerações Finais

Esse curto texto buscou oferecer uma visão não exaustiva dos fatores que concorrem para que o Brasil tenha hoje a segunda ou a maior taxa de juro real básica do planeta. Alguns dos fatores explorados aqui estão presentes na vida econômica brasileira há muito tempo, o que explica o Brasil figurar entre os líderes globais em taxas de juro real há muito tempo.

O leitor mais atento percebeu o papel do governo por meio da política fiscal, e sua dificuldade em conter despesas primárias, e da política creditícia na formação da taxa de juro real básica do país. Gasto público elevado gera pressões inflacionárias por si só. Déficit primário gera expansão da base monetária, que leva ao crescimento da dívida pública. Pressões inflacionárias demandam elevação da Selic e dívida pública menos sustentável gera elevação (ou abertura) na curva de juros da dívida como um todo. Selic elevada gera demandas por crescimento do crédito direcionado com juro subsidiado, o que gera mais pressão inflacionária. Juros pagos crescem com a elevação da taxa Selic e isso somado aos subsídios implícitos no crédito direcionado aceleram o crescimento da dívida, o que pode levar a novas pressões inflacionárias e novas elevações nos juros. E se o governo não for capaz de rolar a dívida, vem a hiperinflação. É um círculo vicioso só quebrado pela contenção das despesas primárias, geração de robustos superávits e contenção do crédito direcionado.

Em 2024, o déficit nominal, após pagamento de juros, chegou a R\$ 900,5 bilhões. Foram 7,7% do PIB! Em 2025, até agosto, já são R\$ 615 bilhões. Está cada vez mais difícil estabilizar a dívida. Gasto público não produz riqueza, no máximo a transfere ou destrói. Quem vive dentro das suas possibilidades não se endivida, e se se endivida, paga juros mais baixos. Essas verdades valem para cada ser humano, valem para cada nação do mundo. Valem para o Brasil também.



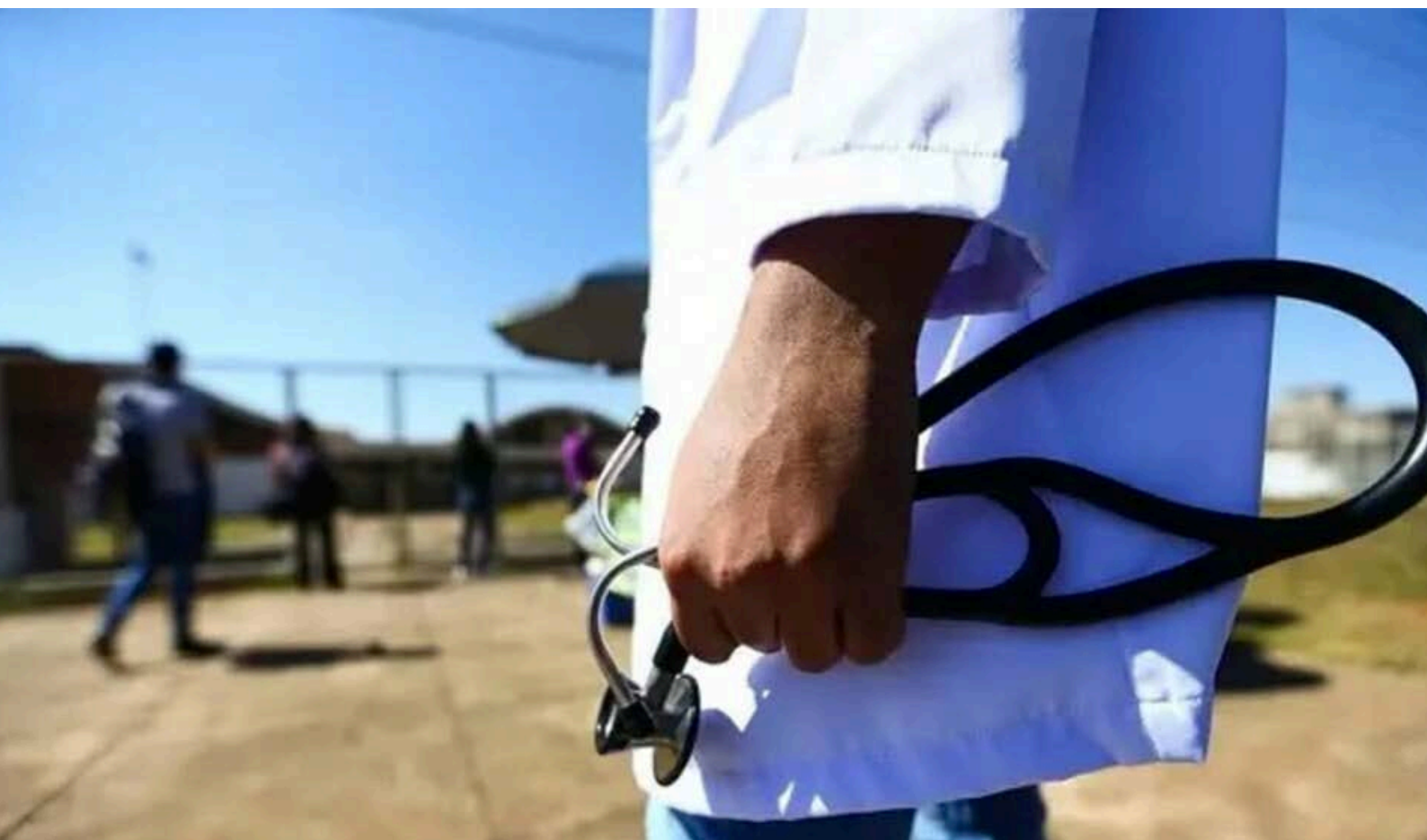
2

SAÚDE

A verdade sobre o Mais Médicos que o governo Lula não conta

As incongruências do programa Mais Médicos, vendido como referência pelo governo, foram expostas pelo TCU que, dentre outras coisas, concluiu que o governo Bolsonaro não reduziu o número de médicos na Atenção Primária à Saúde - APS.

A verdade sobre o velho enredo apregoado de ser o governo responsável por levar médicos à população, tão alardeado por Lula e seu partido, foi exposta pelo TCU. Para o órgão de controle, o **programa Mais Médicos reformulado pelo governo Lula apresenta falta de evidências de ser a alternativa mais adequada para a fixação de profissionais em áreas de maior vulnerabilidade**, e apresenta falhas na sua formulação e implementação.



O **governo Bolsonaro já de início fez alterações no modelo e criou o Programa Médicos pelo Brasil. Junto à reformulação, o governo rescindiu o pernicioso sistema de parceria com o governo cubano,** cessando o financiamento indireto daquele governo e priorizando a participação de profissionais nacionais, mantendo a opção de contratação de intercambistas, sem a necessidade de intermediação de organismos internacionais ou governos nas relações de prestação de serviços/ensino.

A prática de contratação de médicos cubanos pelo governo do PT, via OPAS/OMS, foi objeto de denúncia de trabalho análogo a escravidão. Inclusive, auditoria do TCU chegou a apontar indícios de irregularidades dessas contratações e pagamento, sem justificativa técnica de R\$ 24,3 milhões à OPAS/OMS, na condição de intermediadora com o governo cubano.

Com as mudanças promovidas pelo governo Bolsonaro, o novo programa veio com a finalidade de **incrementar a prestação de serviços em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade, com foco no fomento à formação de médicos especialistas em medicina de família e comunidade, no âmbito do SUS** (Lei 13.958/2019). Contratando médicos via processo seletivo simplificado e promovendo a especialização destes na área de medicina da família e comunidade, sob o regime celetista e não bolsistas como na versão Dilma.

Em 2024, o mesmo governo que chegou a atribuir à gestão Bolsonaro o desfazimento do programa, muito em razão do fim da relação com Cuba e, conseqüentemente, da precarização de emprego dos médicos cubanos, assumiu formalmente que o governo Bolsonaro havia promovido aumento de vagas no programa.



“O Mais Médico voltou para responder ao desafio da presença de médicos nos municípios mais distantes dos grandes centros e nas periferias das cidades”.

Nísia Trindade, ministra da saúde.

Ao entregar o Relatório de Gestão de 2023 ao TCU, o Ministério da Saúde comandado por Nísia Trindade afirmou que as metas do PNS 2020-2023 não haviam sido atingidas **em razão do aumento de vagas ofertadas no período avaliado, com conseqüente aumento do denominador, que passou de 18.240 para 30.485 vagas ofertadas.**

Originalmente, o programa Mais Médicos, criado no governo Dilma em 2013, tinha por característica inserir médicos na atenção primária do SUS, via contratação pela União, especialmente com mão de obra estrangeira. A maioria dos médicos intercambistas, à época, vinha de Cuba. A iniciativa justificada à época se deu em razão da carência de profissionais formados e das dificuldades enfrentadas pelos gestores em fixar os profissionais em áreas distantes dos locais de formação.

Uma das coisas que o governo do PT nunca pôde justificar foi o embasamento legal para a opção por firmar acordo específico com a República de Cuba para trazer daquele país médicos que aqui trabalhavam e, mesmo assim, se mantinham subordinados a Cuba.

Quando da formulação do programa, dados de 2002 a 2012 apontam que o total de médicos formados no Brasil conseguia suprir apenas 65% da demanda do mercado de trabalho. Em parte, justificado pelo número insuficiente de vagas nos cursos de graduação em medicina, média de 0,8 vaga a cada 10.000 habitantes.

No entanto, **o governo Dilma discricionariamente optou por se apoiar em Cuba na busca por médicos para executar sua política. Por não outra razão, o programa foi alvo de severas críticas por ter como um de seus pilares a participação de médicos cubanos, cuja contratação assegurava ao governo daquele país uma participação nos valores recebidos pelos profissionais a título de bolsas.** Ao amparo de um acordo firmado entre o governo da República de Cuba e a OPAS/OMS. Inclusive, houve denúncias de que tal situação poderia estar configurando trabalho análogo à escravidão.

Ao relançar o programa, que poderia lhe trazer capital político, o governo buscou criar a sensação de entregas imediatas à população, sem, contudo, fundamentar sua escolha em detrimento de outras soluções que pudessem atender à demanda do SUS por profissionais médicos com melhor custo/benefício.

Diante da nova reformulação do programa e sua considerável participação no orçamento da União, o Tribunal de Contas da União – TCU realizou auditoria operacional objetivando avaliar “a maturidade do Programa Mais Médicos, **com ênfase no Projeto Mais Médicos para o Brasil após a reformulação introduzida pela Lei 14.621/2023**, para subsidiar [Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo – REPP - 2025](#)”. Nesse sentido, concluiu que o governo retornou o programa e intensificou sua expansão sem demonstrar que a tomada de decisão fosse a alternativa mais adequada para a fixação de médicos em áreas de maior vulnerabilidade.

Inclusive, ao analisar uma das situações problema que fundamentaria o Programa Mais Médicos do governo Lula no enfrentamento da dificuldade de fixação de profissionais em áreas de maior vulnerabilidade, a equipe técnica do TCU fez constar no REPP – 2025 que:

“103. (...) as evidências levantadas não sinalizaram dificuldade na ampliação do indicador de cobertura da APS. **Ao contrário, no período que antecedeu as mudanças implementadas no PMM, os dados de cobertura foram crescentes.**

104. Ademais, quanto à piora de alguns indicadores de saúde (mortalidade neonatal e infantil e internações por condições sensíveis à atenção primária), **além de a mudança no comportamento de sua curva poder ser decorrente dos efeitos da pandemia por Covid-19, não há como estabelecer nexo de causalidade com eventual carência de médicos na APS, visto que o número desses profissionais cresceu no intervalo avaliado.**” (grifamos)

Portanto, não é verdade que o governo Bolsonaro acabou com o Mais Médicos, reduzindo o número de médicos na Atenção Primária da Saúde. Com efeito, o governo teve que fazer ajustes na rota e criar mecanismos capazes de dar visibilidade e transparência ao pagamento das bolsas atreladas ao fornecimento de serviços pelos médicos no âmbito do SUS.

Além disso, ao editar a MP 1.165/2023, convertida na Lei 14.621/2023, o governo não demonstrou a dificuldade de provimento e de fixação de médicos na APS, em especial, nas áreas vulneráveis do SUS, nem que existia carência de médicos nas áreas definidas como prioritárias pelo programa, segundo o TCU.

“Ou seja, não foram produzidos estudos e uma análise estruturada que permitisse demonstrar se a alternativa escolhida era aquela **capaz de solucionar o problema ao menor custo possível.**” Grifamos (parágrafo 206 do REPP-2025)

Inclusive, dados da [demografia médica 2024](#), do Conselho Federal de Medicina - CFM, demonstram que o número de médicos aumentou entre 2022 e 2023, com salto de 538.095 para 572.960 médicos, aumento de 6,5%. Com indicadores de densidade de médicos por mil habitantes em linha crescente. Em 2018, a razão era de 2,2 médicos por 1.000 habitantes. Em 2023, o índice de 2,81 coloca o Brasil a patamares de igualdade ao Canadá, ultrapassando EUA, Japão, Coreia do Sul e México.

Ou seja, ao promover a expansão do programa, o governo Lula não levou em consideração se quer um dos fatores que o justificou no passado, a baixa formação de médicos no Brasil.

Em termos orçamentário, o programa é custoso ao SUS. No período de 2018 a 2024, foram empenhados no Programa Mais Médicos cerca de R\$ 20,2 bilhões de recursos federais, **sendo R\$ 4,1 bilhões em 2024 e** R\$ 2,4 bilhões em 2023. Durante todo mandato de Bolsonaro, o programa consumiu cerca de R\$ 10,7 bilhões (2019-2022), situação que não representou diminuição de médicos em ASP no SUS, segundo o REPP – 2025.

Efetivamente, o programa tem elevados custos e não significa necessariamente que fixará os médicos. Não sendo capaz de resolver a necessária construção de um processo de efetivação de um quadro permanente de profissionais na atenção primária à saúde e no SUS.

Além disso, a tendência é de que programas como esse passe a consumir mais recursos do orçamento, uma vez que dentro da política de contratação de médicos especialistas em saúde da família, com foco na atenção primária, via AgSUS, o Ministério da Saúde passou a incluir a contratação de outras especialidades para promover e executar o programa Agora Tem Especialistas.

Não por outras razões, o órgão de controle se posicionou no sentido de determinar ao governo que busque identificar se a solução escolhida é realmente a mais eficiente e efetiva para resolver o problema e beneficiar a sociedade. Para isso, o governo terá que realizar “levantamento e análise de diferentes alternativas de intervenção, estimando custos, benefícios, riscos, vantagens e desvantagens”.





MEIO AMBIENTE

MMA transforma pacto privado em política de Estado: conflitos de interesse de Marina Silva na Moratória da Soja

Novos documentos e investigações parlamentares revelam que o Ministério do Meio Ambiente vem transformando a Moratória da Soja — pacto privado entre ONGs e tradings — em política pública de fato, usando decretos, a AGU e a estrutura estatal para defendê-la. As ligações de Marina Silva e do secretário André Lima com as próprias ONGs signatárias levantam suspeitas de conflito de interesses e desvio de finalidade administrativa.

1. Introdução

Documentos oficiais, requerimentos parlamentares e reportagens revelam que o **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**, sob liderança da ministra **Marina Silva**, vem atuando para **institucionalizar a Moratória da Soja — originalmente um pacto privado entre ONGs e tradings — como se fosse política pública de Estado.**



Ao mesmo tempo, surgem indícios de que a **Advocacia-Geral da União (AGU)** e a estrutura administrativa do governo estão sendo usadas para defender judicial e administrativamente esse acordo extralegal, com critérios superiores aos do **Código Florestal** e sem aval do Congresso.

O quadro se agrava diante das **ligações pessoais e profissionais de Marina Silva e do secretário André Lima com as próprias ONGs signatárias da Moratória**, levantando suspeitas de conflito de interesses, tráfico de influência e desvio de finalidade administrativa.

2. Origem e natureza da Moratória da Soja

A **Moratória da Soja** nasceu em 2006 como um **compromisso voluntário** entre **tradings (ABIOVE, ANEC)** e **organizações não governamentais (Greenpeace, IPAM, Imaflora, TNC)** para não comprar soja cultivada em áreas desmatadas da Amazônia após **22 de julho de 2008**. Esse pacto foi concebido como meio provisório para suprir uma lacuna legislativa, enquanto o Brasil consolidava seu arcabouço ambiental.

Essa lacuna deixou de existir em 2012, com a edição do Código Florestal (Lei nº 12.651), que impõe regras muito mais rígidas de preservação. Apesar disso, passados quase vinte anos, a Moratória continua em vigor graças ao suporte institucional do MMA, transformando um acordo privado em instrumento de controle de mercado.

3. Institucionalização silenciosa pelo MMA

As evidências apontam que essa institucionalização não é apenas retórica. **Termos de compromisso assinados em 2009 e 2016 converteram a Moratória em “instrumento de política pública ambiental”** e a integraram ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (**PPCDAm**).

Em 2023, o **Decreto nº 11.687** — assinado por Lula e por Marina Silva — **repetiu o critério temporal da Moratória (julho de 2008) e criou uma “lista positiva” de imóveis rurais, priorização de crédito e incentivos**, alinhando políticas públicas a regras privadas sem debate no Congresso.

“Art. 4º O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima publicará e manterá atualizada, em seu sítio eletrônico, lista positiva de imóveis rurais privados localizados no Bioma Amazônia e inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR, que atendam aos seguintes critérios:

I - os proprietários não tenham desmatado a partir de julho de 2008;”

Decreto N° 11.687, de 2023.

Trata-se, na prática, de uma **regra paralela ao Código Florestal**, impondo desmatamento zero onde a lei já permite uso sustentável. Parlamentares alertam que, **se o produtor não utilizar a terra por causa dessas restrições extralegais, a área pode até ser declarada improdutiva e desapropriada para reforma agrária.**

4. Uso da AGU e da estrutura estatal

Outro elemento preocupante é o uso da **Advocacia-Geral da União para sustentar** o pacto no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Diante de fortes indícios de **prática anticoncorrencial** e de medida preventiva de suspensão da Moratória, o MMA acionou a AGU para se habilitar como “terceiro interessado” e apresentar **petição** em defesa do acordo.

O argumento de que a Moratória seria “instrumento complementar da política pública” tenta dar cobertura jurídica a um **pacto privado acusado de cartel**. Ações do IBAMA e do MMA mostram o engajamento direto da Pasta nessa defesa.

5. Conflito de interesses e ligações pessoais

As ligações pessoais e profissionais de dirigentes do MMA com as ONGs signatárias reforçam a percepção de conflito de interesses.

- **Marina Silva figura como conselheira honorária do IPAM Amazônia**, uma das entidades mais atuantes na governança da Moratória.
- **André Lima**, atual secretário extraordinário de Controle do Desmatamento do MMA, **é pesquisador sênior do Imaflora — ONG signatária e desenvolvedora da plataforma “Soja na Linha”,** que cria ferramentas de rastreabilidade para a cadeia da soja livre de desmatamento.
- Em 2024, André Lima **coordenou pedagogicamente um curso do próprio Imaflora (“G_DeZ”), com aula inaugural ministrada por Marina Silva, destinado a formar lideranças comprometidas com o “desmatamento zero”.**

Esses vínculos não são meramente históricos: mostram que os mesmos atores que hoje ocupam cargos estratégicos no governo continuam ligados a redes e projetos financiados pelas ONGs que defendem e monitoram o pacto.

6. Reação do setor produtivo e do Congresso

Não surpreende, portanto, que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tenha [acionado](#) o Tribunal de Contas da União (TCU) para investigar **desvio de finalidade e suspeita de tráfico de influência**.

Deputados e senadores denunciam que o governo tenta impor, por decretos e manobras infr legais, aquilo que não consegue aprovar no Congresso. Para o setor produtivo, essa é uma **ameaça direta ao direito de propriedade, à segurança jurídica e à soberania do Parlamento sobre políticas públicas**.

7. Conclusão – urgência de transparência e controle

O caso da Moratória da Soja expõe uma **governança híbrida e opaca**, na qual **agentes públicos se confundem com ONGs signatárias de um pacto privado**, e as regras privadas acabam se impondo sobre o marco legal aprovado democraticamente.

Sem transparência e sem controle do Congresso, **esses mecanismos se transformam em instrumentos de perseguição e de distorção de mercado**, prejudicando milhares de produtores que cumprem a lei.

Cabe às instituições de controle — TCU, CADE e Parlamento — restabelecer os limites legais e proteger a soberania das políticas públicas ambientais brasileiras.

A sociedade merece clareza sobre quem formula as regras e no interesse de quem elas operam.



4 AGRO

Georreferenciamento: entre a segurança jurídica e a realidade no campo

O prazo para cumprimento da exigência de georreferenciamento dos imóveis rurais se aproxima do fim sem que o governo federal tenha tomado qualquer iniciativa para ajustá-lo via decreto. Essa inércia obriga o Congresso a assumir o protagonismo para evitar um colapso jurídico-administrativo em cartórios e propriedades rurais de todo o país.

Contexto

A política de georreferenciamento de imóveis rurais foi criada para dar precisão e segurança jurídica ao cadastro fundiário brasileiro. Desde a edição da [Lei nº 10.267/2001](#) e do [Decreto nº 4.449/2002](#), tornou-se **obrigatória a identificação geoespacial dos imóveis rurais** nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento e transferência de propriedade. O objetivo é substituir descrições imprecisas por coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, certificadas pelo INCRA, permitindo ao Estado e aos proprietários conhecer com clareza os limites e a localização de cada imóvel.



Ao longo dos últimos 20 anos, essa política avançou, mas com desafios. A implementação se deu por **prazos escalonados** conforme o tamanho do imóvel rural, priorizando os maiores. Entretanto, os **pequenos e médios proprietários** — especialmente em regiões com infraestrutura cartorial limitada — continuam enfrentando **entraves técnicos, econômicos e operacionais** para cumprir a exigência.

O resultado é que, às vésperas de encerrar o prazo – **20 de novembro de 2025** – para imóveis menores que 25 hectares, milhares de registros correm o risco de ficarem travados, afetando transações legítimas, sucessões e regularizações fundiárias. Essa realidade pressiona o Congresso a rever os prazos originais para evitar um colapso administrativo e jurídico na ponta.

PL 1.664/2025 e o Substitutivo: o que muda na prática

O [Projeto de Lei nº 1.664/2025](#), de autoria da Deputada Caroline De Toni (PL-SC), altera a [Lei nº 6.015/1973](#) para **prorrogar até 1º de novembro de 2030** a exigência de georreferenciamento nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento ou transferência de imóveis rurais **com área inferior a 25 hectares**. Na redação original, o novo prazo valeria apenas para esses pequenos imóveis, considerados os mais afetados pelos custos e entraves técnicos da exigência.

No entanto, durante a análise do projeto na **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)**, o relator Deputado Thiago Flores (Republicanos-RO) apresentou um [substitutivo](#) para ampliar o alcance da proposta. Esse texto mantém a prorrogação para 1º de novembro de 2030, mas **retira o limite de área**, fazendo com que o adiamento passe a valer para **todos os imóveis rurais registrados a partir de 1º de novembro de 2003**, independentemente do tamanho.

Com isso, o substitutivo transforma o PL 1.664/2025 de uma medida pontual, restrita aos menores imóveis, em uma **solução abrangente** que uniformiza o prazo e beneficia todo o setor rural. O relator justificou a mudança como forma de dar “segurança jurídica, previsibilidade e coerência normativa” e evitar a tramitação paralela de outros projetos com o mesmo objetivo.

Na prática, se aprovado, o novo §19 incluído no art. 176 da Lei nº 6.015/1973 consolidará em lei o prazo até 2030 — algo que hoje está apenas em decreto.

Inércia Executiva e o protagonismo necessário do Legislativo

O poder Executivo, até o momento, pouco atuou de forma proativa para revisar os prazos do georreferenciamento por meio de decreto ou medida normativa própria — optando por um silêncio institucional que, na prática, desloca a solução do impasse para o Congresso Nacional. Essa inércia tem forçado o Legislativo a assumir o protagonismo para resolver o bloqueio jurídico-administrativo enfrentado por milhares de imóveis rurais à beira do prazo limite.

Embora não haja anúncio formal de que o Executivo pretende editar um decreto para alterar o Decreto nº 4.449/2002, o governo já manifestou indiretamente seu posicionamento diante de propostas legislativas conflitantes. Um exemplo emblemático é a [nota pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário \(MDA\)](#) sobre o [PL 4.497/2024](#), na qual critica o artigo que prevê a suspensão da exigência de georreferenciamento até 2028, argumentando que tal medida configura um retrocesso institucional e ameaça à segurança jurídica e à regularização territorial:

“Um dos principais pontos críticos é o Art. 3º, que trata da suspensão da obrigatoriedade do georreferenciamento de imóveis rurais até 2028, com isenção indefinida para propriedades até 4 módulos fiscais. O referido texto representa riscos graves à governança fundiária, à segurança jurídica e aos direitos territoriais indígenas.”

[Nota do MDA sobre o Projeto de Lei nº 4.497/2024.](#)

A declaração deixa claro que o Executivo não endossa uma interrupção ou anulação da política de georreferenciamento — mas tampouco propõe, até onde se sabe, uma solução urgente via decreto. Assim, ao adotar postura predominantemente reativa, o governo coloca sobre os ombros dos legisladores a responsabilidade de equacionar o impasse, sob pressão de prazos legais e demandas do setor rural.



Conclusão: impactos e implicações da prorrogação

A aprovação do PL 1.664/2025, na forma do substitutivo, trará efeitos imediatos e simbólicos. **Do lado positivo**, dará fôlego ao setor produtivo, evitando travamentos em heranças, desmembramentos e transferências de imóveis rurais, especialmente em regiões de baixa infraestrutura cartorial e fundiária. Também uniformiza prazos e garante segurança jurídica ao inscrever o marco temporal diretamente na Lei nº 6.015/1973, reduzindo interpretações divergentes entre cartórios e órgãos públicos.

Do lado dos riscos, ao transferir o prazo para dentro da lei, qualquer alteração futura exigirá nova deliberação do Congresso, reduzindo a agilidade que o Executivo tinha para calibrar os cronogramas via decreto.

No plano político, a prorrogação expõe a falta de ação do governo federal, que optou por não resolver o problema via decreto, forçando o Parlamento a assumir o protagonismo. A aprovação do PL sinaliza que a Câmara está respondendo à demanda do setor rural por previsibilidade e coerência normativa, ao mesmo tempo em que mantém viva a política de georreferenciamento — apenas adaptando seu cronograma à realidade do campo.

A proposição ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para só então seguir ao Senado, onde caberá à Casa Alta confirmar esse ajuste legislativo essencial para o país.





DEFESA NACIONAL

Brasil, o gigante desarmado: Alerta do próprio ministro escancara a negligência de Lula com a Defesa Nacional

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, o ministro da Defesa, José Múcio, assume que as Forças Armadas do país passam por um momento de máxima vulnerabilidade militar.

A participação do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, no dia 30 de setembro de 2025, constituiu um marco simbólico da fragilidade estrutural das Forças Armadas brasileiras. Ao declarar de maneira enfática: “Vim fazer um gravíssimo alerta”, Múcio expôs não apenas as carências orçamentárias imediatas, mas também a deterioração histórica da capacidade dissuasória do Brasil, o que evidencia uma política de Estado marcada pelo descaso.



Entre as falas mais contundentes, o ministro listou elementos humilhantes para um país com a dimensão geográfica, demográfica e econômica do Brasil: *“O menor investimento em defesa da América do Sul é do Brasil”; “Não estamos investindo em equipamentos. Um percentual da nossa frota está parado”; “Não compramos armas porque não temos como pagar”; “A Venezuela tem caças mais importantes e eficazes que os nossos”*. O contraste é gritante: a maior economia da região é, paradoxalmente, a que menos protege suas próprias fronteiras.

A denúncia não se limita a um problema conjuntural, mas revela um dilema estrutural da política nacional de defesa. Trata-se de uma realidade que compromete o princípio basilar da segurança do Estado, que é a capacidade de dissuasão. Um país que não pode proteger seu território, suas fronteiras e seus recursos estratégicos coloca em risco não apenas a soberania formal, mas também sua autonomia decisória e sua relevância como ator regional.

A vulnerabilidade brasileira surge em um momento de corrida armamentista global, em que potências médias e até países em desenvolvimento ampliam rapidamente suas capacidades bélicas. O ministro Múcio alertou que, enquanto o mundo se reestrutura em função de novos conflitos híbridos e da modernização tecnológica, o Brasil permanece estagnado, com blindados da década de 1960 e uma frota aérea e naval ultrapassada, incapaz de acompanhar os padrões mínimos de poder militar contemporâneo.

O exemplo do programa dos caças Gripen é emblemático para demonstrar a negligência estratégica. Segundo o ministro, iniciado ainda no primeiro governo Lula, o projeto deveria ter sido concluído há oito anos. Com sucessivos atrasos e falta de recursos, os juros pagos pelo Brasil seriam suficientes para adquirir mais seis aeronaves. Situação análoga ocorre no programa de submarinos, cujos juros desperdiçados poderiam financiar mais duas unidades, revelando um modelo de gestão orçamentária que consome recursos sem entregas reais.



Esses dados revelam não apenas má gestão financeira, mas também um erro conceitual de Estado, ao não priorizar a Defesa como política pública de longo prazo. Como enfatiza a teoria realista das Relações Internacionais, a sobrevivência do Estado depende de sua capacidade de manter poder relativo em relação a seus vizinhos e em comparação às potências externas. A negligência orçamentária, nesse sentido, coloca o Brasil em posição de dependência e vulnerabilidade crescente.

A proposta de Múcio de garantir ao menos 2% do PIB brasileiro para o orçamento de defesa ecoa recomendações de organismos internacionais e práticas adotadas por membros da OTAN. Contudo, conforme ele mesmo destacou, *“nem o governo Lula se empenha pela medida”*, revelando uma lacuna entre a retórica política e a necessidade estratégica. Esse descompasso coloca o Brasil fora dos padrões mínimos de investimento exigidos em um cenário internacional instável e competitivo.

A situação de enfraquecimento das Forças Armadas não é obra exclusiva do presente momento, mas encontrou sua maior expressão nos governos do Partido dos Trabalhadores. Durante os mandatos de Lula e Dilma, os orçamentos destinados à Defesa, embora vultosos em valores nominais, foram severamente comprimidos pela rigidez fiscal, pela priorização de programas assistenciais e pela ausência de um planejamento estratégico de médio e longo prazo. Grandes projetos, como o dos caças Gripen e o dos submarinos nucleares, foram iniciados sem garantias de financiamento contínuo, resultando em atrasos crônicos, desperdício de recursos e dependência de fornecedores estrangeiros.

Especificamente no governo Dilma Rousseff, a crise econômica de 2014 a 2016 impactou diretamente a execução orçamentária do setor. Cortes lineares atingiram em cheio o Ministério da Defesa, paralisando projetos estratégicos e enfraquecendo a cadeia produtiva da indústria bélica nacional. Programas de modernização foram congelados, efetivos sofreram contenções de treinamento e a capacidade operacional decaiu a níveis alarmantes, consolidando um ciclo de sucateamento estrutural.

Desde a redemocratização, a tendência de declínio dos investimentos em defesa é notória. A prioridade concedida à reconstrução democrática, ao combate à inflação e à expansão dos direitos sociais fez com que a segurança nacional fosse relegada a segundo plano. Nos anos 1990, com a implementação do Plano Real e as crises financeiras internacionais, o orçamento das Forças Armadas sofreu reduções drásticas, criando uma cultura política em que a Defesa passou a ser vista como gasto supérfluo e não como investimento estratégico.

Esse padrão de negligência se consolidou ao longo das décadas seguintes, de modo que o Brasil jamais conseguiu atingir a média internacional de investimentos militares. Enquanto países de dimensões muito menores, como Israel e Coreia do Sul, alocam entre 4% e 5% de seu PIB na área, o Brasil oscila entre 1% e 1,3%, grande parte comprometida com folha de pagamento e pensões, restando pouco espaço para modernização de equipamentos e inovação tecnológica.

O quadro atual, portanto, é resultado de décadas de omissão política, mas agravado por escolhas específicas dos governos petistas, que, mesmo diante de ciclos de crescimento econômico e arrecadação recorde, optaram por negligenciar a Defesa em favor de projetos de viés populista e eleitoral. A consequência é a perda de capacidade dissuasória em um contexto de maior complexidade geopolítica, no qual a ausência de preparação militar pode significar vulnerabilidade estratégica e risco concreto de pressões externas.

Para compreender os riscos dessa vulnerabilidade, é necessário recorrer a exemplos históricos. O Kuwait em 1990 negligenciou investimentos militares, confiando exclusivamente na diplomacia e em garantias externas. O resultado foi a invasão fulminante pelo Iraque, que praticamente anulou a resistência local, demonstrando que soberania não se preserva apenas com tratados.

Outro exemplo marcante é o Chipre em 1974, cuja debilidade militar diante da Turquia levou à perda de parte significativa de seu território. A ausência de preparação estratégica impediu qualquer resposta eficaz à agressão, cristalizando uma divisão política e territorial que persiste até os dias de hoje.

Na América Latina, a Argentina nas Malvinas (1982) ilustra o impacto da defasagem tecnológica e logística. Apesar da mobilização numérica significativa, a inferioridade em sistemas de armas frente ao Reino Unido determinou a derrota, com consequências políticas e estratégicas profundas, que incluíram o colapso do regime militar argentino.

Mais recentemente, a Ucrânia em 2014 e 2022 evidencia como a insuficiência de meios convencionais compromete a soberania nacional. A anexação da Crimeia e a ocupação parcial do território ucraniano resultaram, em grande medida, da incapacidade de enfrentar uma potência militar superior, o que obrigou o país a depender do apoio ocidental para sobreviver.

Esses exemplos convergem para um ponto central: a segurança nacional depende da combinação entre diplomacia e poder militar. A ausência de um dos elementos enfraquece a posição do Estado no sistema internacional e aumenta sua vulnerabilidade a pressões externas. A história comprova que nenhum país sobrevive intacto apenas com discursos de paz.

O Brasil, com fronteiras extensas, recursos naturais abundantes e posição estratégica na América do Sul, não pode se dar ao luxo de negligenciar sua defesa. A Amazônia, por exemplo, é cada vez mais alvo de pressões internacionais sob o pretexto ambiental, o que aumenta a necessidade de proteção militar como instrumento de soberania.

A literatura em estudos estratégicos enfatiza que a defesa não é apenas função militar, mas também um pilar de desenvolvimento nacional. Investir em tecnologia bélica, em ciência e em indústria de defesa significa fortalecer a economia, gerar empregos qualificados e reduzir a dependência externa, criando um círculo virtuoso de soberania e progresso.

O quadro descrito por Múcio, contudo, é o oposto: equipamentos ultrapassados, frota inoperante, falta de recursos e dependência tecnológica crescente. Trata-se de um ciclo vicioso que compromete a autonomia estratégica do Brasil e perpetua sua vulnerabilidade, transformando-o em potência econômica incapaz de projetar poder militar proporcional.

A insistência do governo em tratar a Defesa como gasto secundário reforça um erro de percepção: confundir segurança com ausência de guerra. A paz brasileira nas últimas décadas não deve ser confundida com imunidade geopolítica. A história mostra que conflitos emergem justamente quando os Estados se encontram mais frágeis e despreparados.

O risco de o Brasil se tornar um “gigante desarmado” é real. A ausência de capacidade bélica proporcional à sua dimensão pode levar o país a ser alvo de pressões diplomáticas, chantagens econômicas ou mesmo agressões militares em contextos de crise regional ou disputa por recursos naturais. O alerta de Múcio deve ser interpretado como uma advertência estratégica e não como mero desabafo político.



A audiência no Senado, portanto, não foi apenas um debate orçamentário, mas representou um divisor de águas institucional sobre os limites da negligência. O ministro da Defesa expôs a realidade de que o país gasta mais pagando juros de programas mal planejados do que investindo efetivamente em sua segurança.

Em síntese, a vulnerabilidade das Forças Armadas brasileiras é resultado de décadas de omissão política, intensificada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, e agravada pela falta de visão estratégica do governo atual. Cabe ao próprio Lula ouvir o alerta de seu ministro e romper com essa tradição de descaso, sob pena de o Brasil repetir tragédias históricas de nações que negligenciaram sua defesa e pagaram o preço da submissão ou da invasão.

